

Relatório de Execução 2009

Art. 82.º do Regulamento
(CE) n.º 1698/2005

REDE RURAL
NACIONAL

Portugal



Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural:
A Europa investe nas zonas rurais



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

Índice

INTRODUÇÃO	3
1. PROCEDIMENTOS PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL NACIONAL	4
1.1. Organização e Constituição da Rede Rural Nacional	4
1.2. Funcionamento da Rede Rural Nacional	6
2. ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO	12
3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA	20
4. MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO.....	20
4.1. Medidas de Acompanhamento e Avaliação	20
4.2. Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e eventuais medidas tomadas	21
4.3. Reunião do Comité de Acompanhamento – criação e resultados.....	22
4.4. Medidas tomadas para garantir que o Programa é objecto de publicidade	23

INTRODUÇÃO

O relatório anual do PRRN concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa da Rede Rural Nacional conforme previsto no Artigo 82.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, de 20 de Setembro, seguindo a estrutura e o conteúdo definidos no ponto B. Do anexo VII do Reg. 1974.

O presente relatório visa facultar em relação ao ano de 2009 informação sobre os procedimentos adoptados para constituir e dinamizar o funcionamento da Rede Rural Nacional, o estado de realização do Plano de Acção e sobre a execução, acompanhamento e avaliação do programa.

O ano de 2009, é o ano de arranque do Programa da Rede Rural Nacional, que foi aprovado formalmente pela Comissão Europeia em 3 de Dezembro de 2008, em simultâneo com a implantação da própria Rede Rural.

Neste contexto, emergem durante este ano as actividades de dinamização da adesão à RRN, de implementação das estruturas de funcionamento da RRN e de acompanhamento do PRRN, de preparação dos instrumentos de planeamento previstos, nomeadamente o Plano de Acção para o período de programação e o plano de actividades anual.

A RRN conta actualmente com 196 membros cujo envolvimento e participação nas actividades se tem incrementado ao longo do tempo com o desenvolvimento de várias iniciativas.

No fim de 2009, com a tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, foi decidido alterar a governação do PRRN e o respectivo modelo de gestão assim como a coordenação da RRN. Esta decisão veio a dar lugar a uma proposta de alteração ao PRRN e a uma Revisão do Plano de Acção, ocorridas em 2010.

1. PROCEDIMENTOS PARA CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL NACIONAL

1.1. Organização e Constituição da Rede Rural Nacional

Com base no artigo 68º do Regulamento (CE) nº1698/05 os Estados Membros devem instituir uma Rede Rural (RR) constituída por organizações representativas da sociedade civil e representantes da administração pública envolvidos no desenvolvimento rural e criar uma estrutura específica para o seu funcionamento.

No PRRN estão identificadas entidades que devem integrar a Rede Rural Nacional, considerando-se ainda que a Rede deve prever a flexibilidade necessária para poder integrar com facilidade o surgimento de novos actores em meio rural ou adaptar-se, a nível territorial, a novas exigências.

Deste modo, a constituição da Rede pressupõe a dinamização dos seus membros e a formalização dos órgãos necessários ao seu funcionamento, criando-se assim as condições para o desenvolvimento das actividades previstas no Plano de Acção.

A Rede Rural Nacional assenta na interacção entre a administração, as organizações e outras redes envolvidas no desenvolvimento rural, a nível nacional e europeu, constituindo uma plataforma de partilha de informação, de experiência e de conhecimento e promovendo uma actuação que desenvolva a parceria e a cooperação em torno das acções a concretizar.

Em consequência, foi escolhida uma forma de organização para a Rede Rural que integra órgãos de participação alargada dos seus membros assim como as estruturas necessárias a uma operacionalização e conexão a nível europeu, nacional e regional.

Em consonância com o art.º 68 ponto 2 alínea a) do Regulamento a Rede Rural Nacional funciona com base nos seguintes órgãos:

Coordenador Nacional da Rede Rural (CNRR);

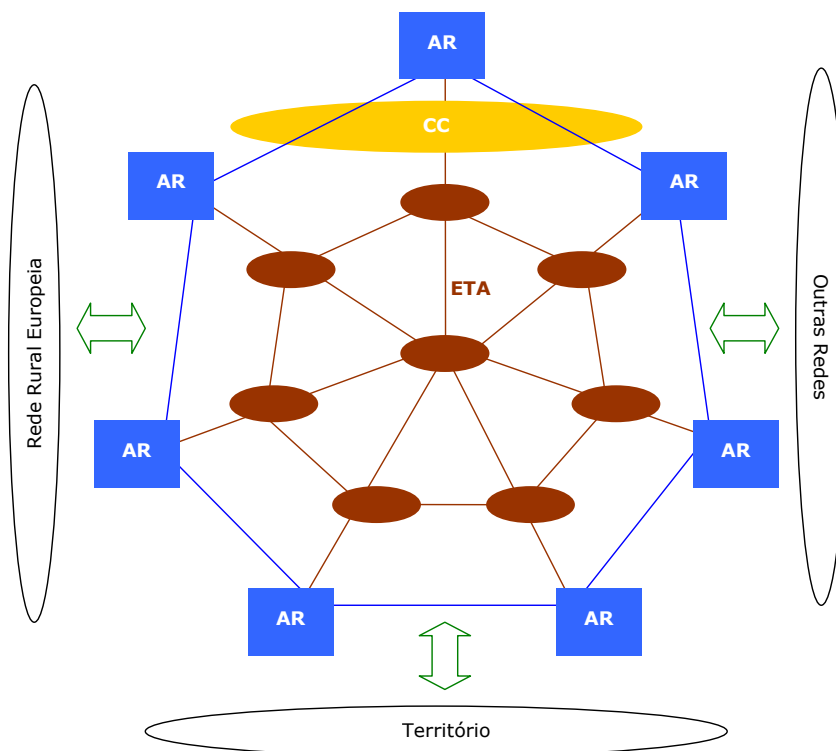
Estrutura Técnica de Animação (ETA);

Conselho de Coordenação (CC);

Assembleias Rurais (AR);

cujas articulações se apresenta na figura 1.

Figura 1 – Organização da Rede Rural Nacional



Os membros da RRN, fazem parte das Assembleias Rurais ou do Conselho de Coordenação, tendo sido dinamizada a sua adesão, numa primeira fase, através do convite realizado pelo presidente de cada Assembleia Rural aos agentes de desenvolvimento rural de cada região e pelo coordenador nacional da RRN aos membros nacionais. À medida que se difundiu a existência da RRN surgiram propostas de iniciativa dos próprios agentes para integração da Rede Rural, que em Dezembro de 2009 contava com 184 membros.

Foi desenvolvido um formulário para adesão dos agentes à RRN e criado um sistema de informação relativo aos membros da RRNe ainda um sistema de gestão electrónico dos contactos da RRN, com base numa caixa de correio electrónico rederruralnacional@gpp.pt. através da qual são estabelecidas todas as comunicações relativas à RRN.

1.2. Funcionamento da Rede Rural Nacional

Relativamente ao funcionamento da Rede Rural Nacional foram desenvolvidas, ao longo do ano de 2009, um conjunto de acções com incidência na implementação das respectivas estruturas, na articulação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural e Rede Europeia de Avaliação e na Animação da rede.

Estrutura Técnica de Animação

Foi operacionalizada a estrutura técnica de animação (ETA), ao nível central e regional, em cada uma das DRAPs e SRAs.

A Estrutura Técnica de Animação tem competências de:

- coordenação e articulação com a Rede Rural Europeia, com as redes rurais dos outros Estados Membros e outros parceiros internacionais;
- articulação com os organismos da administração central e regional responsáveis pela implementação e monitorização dos Programas de Desenvolvimento Rural e do QREN;
- coordenação das actividades da Rede Rural de acordo com o Plano de Acção;
- dinamização e execução directa de algumas actividades previstas no Plano de Acção;
- coordenação e articulação com outros membros da rede rural e com outras redes que operem sobre o território rural, a nível nacional.

A componente central da Estrutura Técnica de Animação tem funções de coordenação e articulação com a rede Rural Europeia, com outras redes e com as administrações e organizações membros da rede, de coordenação à escala nacional da execução das actividades previstas no plano de acção, de gestão da rede e de apoio à autoridade de gestão e ao Conselho de Coordenação.

Os pontos focais regionais, em articulação com a estrutura central da Estrutura Técnica de Animação asseguram a dinamização das actividades da rede ao nível regional e local, quer ao nível da concretização de actividades da rede, quer assegurando o necessários fluxos de informação.

A equipa sediada no GPP apoia ainda tecnicamente o Conselho de Coordenação, enquanto os pontos focais regionais têm a responsabilidade de secretariar as Assembleias Rurais.

A ETA reuniu na sua forma alargada quatro vezes em 2009, mantendo um trabalho em rede ao longo do ano. As reuniões presenciais mostraram-se relevantes na facilitação do conhecimento interpessoal e do trabalho em equipa que foi incrementado ao longo do tempo.

Principais temáticas abordadas nas reuniões da ETA:

11 de Março de 2009	O papel da Estrutura Técnica de Animação na RRN Apreciação do projecto Plano de Acção Proposta de inquérito aos membros da RRP Modelo para elaboração do Plano de Actividades
18 de Maio de 2009	Procedimentos adoptados nas regiões para a consulta aos membros e definição da proposta de plano de actividades da RR para 2009 Consolidação dos contributos regionais para o Plano de Actividades
16 de Junho de 2009	Informações sobre procedimentos relativos ao financiamento da actividade da RRN Consolidação da proposta de Plano de Actividades
24 de Setembro de 2009	Informações sobre Plano de Actividades, financiamento das actividades da RRN, e de ordem geral sobre o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social Debate sobre animação da RRN e implementação do Plano de Actividades Os membros da RRN e as prioridades manifestadas no inquérito

Conselho de Coordenação

No que concerne à implementação do Conselho de Coordenação (CC), foi dinamizada a sua constituição, preparado o seu regulamento de funcionamento, realizadas duas reuniões (11 de Junho e 10 de Novembro) e uma consulta escrita, tendo o secretariado técnico das reuniões preparado as respectivas agendas, convocatórias, documentos de apoio e actas.

O Conselho de Coordenação (CC) é um órgão que apoia o Coordenador Nacional na elaboração do Plano de Acção e dos Planos de Actividades, e a operacionalização da Rede Rural Nacional. A composição foi definida de modo a integrar as entidades responsáveis pela dinamização e direcção das Assembleias Rurais (DRAP e Secretarias Regionais das Regiões Autónomas), o Observatório do QREN enquanto entidade responsável pela coordenação e monitorização estratégica no âmbito dos fundos estruturais e entidades de carácter nacional, com actuação no desenvolvimento das zonas rurais.

Tem a seguinte composição:

- o Coordenador Nacional da Rede Rural, que preside;
- um representante do Gabinete de Planeamento e Políticas;
- um representante da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais da RAM;
- um representante da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas da RAA;
- um representante de cada Direcção Regional de Agricultura e Pescas;
- um representante do Observatório do QREN;
- Representantes dos membros com implantação nacional, não representados nas assembleias rurais.

O Conselho de Coordenação é consultado sobre as propostas do Plano de Acção e dos Planos de Actividades, elaboradas após consulta às Assembleias Rurais, e acompanha a respectiva execução.

O conselho reúne com periodicidade semestral, ou ainda extraordinariamente, caso se justifique.

Principais temáticas abordadas nas reuniões do CC:

1 de Junho de 2009	A Rede Rural Nacional (RRN)
	Ponto de Situação dos Trabalhos Desenvolvidos pela RRN
	Ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pela Rede Rural Europeia
	Aprovação do Regulamento Interno do Conselho de Coordenação da RRN
	Apresentação e debate da proposta de Plano de Actividades 2009 para a RRN
10 de Novembro de 2009	Ponto de Situação dos Trabalhos Desenvolvidos pela RRN
	Delineamento da preparação do Plano de Actividades 2010 da RRN

Assembleias Rurais

Como referido no ponto 1.1., foi realizado, em 2009, em cada região agrária do Continente e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores o convite aos agentes de desenvolvimento rural da sua área de actuação para integrarem as Assembleias Rurais e formalizarem a sua adesão à RRN. Este processo de dinamização teve um impacto gradual permitindo em algumas regiões a realização de Assembleias Rurais em 2009, enquanto noutros casos isso não aconteceu. Quando foi mais lento o processo de constituição da AR, a preparação das propostas regionais para o Plano de Actividades de 2009 assentou em sessões de trabalho entre o ponto focal da ETA na região e alguns agentes que primeiro se dinamizaram.

Realização de Assembleias Rurais e principais temáticas abordadas nas reuniões:

Norte	Apresentação dos vectores e dos temas para a elaboração do Plano de Actividades de 2010
11 de Novembro de 2009	Promoção de debate em torno dos vectores/temas
Centro	Divulgação do Programa RRN
22 de Abril de 2009	Elaboração da Proposta de Plano de Actividades para 2009
	Reflexões sobre o PRRN e a forma de realização das Assembleias Rurais
Lisboa e Vale do Tejo	Preparação das iniciativas para o Plano de Actividades da RRN
6 de Abril de 2009	
Alentejo	Divulgação do Programa da Rede Rural Nacional, suas principais linhas de orientação, áreas prioritárias de intervenção, composição e estrutura da Rede Rural e respectivo modo de funcionamento
25 de Março de 2009	Motivação à adesão dos participantes e respectiva inscrição como membros deste forum regional
	Identificação dos temas considerados prioritários dentro de cada uma das áreas de intervenção

Articulação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural e Rede Europeia de Avaliação

A articulação com a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR), materializou-se, no ano 2009, nas seguintes acções:

Preparação e participação numa reunião com o Contact Point da REDR, em Lisboa, a 7 de Julho para análise das sinergias entre as actividades da REDR e da RRN e identificação das principais necessidades de apoio.

Preparação e participação numa reunião com o Help Desk da Rede Europeia de Avaliação, em Lisboa, a 2 de Outubro, para análise das sinergias entre as actividades da Rede Europeia e da RRN e identificação das principais necessidades de apoio.

Participação em cinco reuniões (3 em Bruxelas, 1 em Sevilha e 1 em Budapeste) e 1 seminário ("Capacity Building Seminar for National Rural Networks" Bruxelas, 30 a 31 March 2009) organizados pelo Contact Point da REDR e resposta a 12 inquéritos remetidos por intermédio daquela estrutura.

Figura 2 – Sevilha



Estas reuniões foram importantes para a partilha de conhecimento entre representantes das RRN dos vários Estados Membros e para o aprofundamento de temas e instrumentos a desenvolver pela REDR, como suporte às Redes Nacionais.

Figura 3 – Budapeste



O coordenador da RRN e o ponto focal da ETA nacional, participou ainda nos Comitês de Coordenação da REDR, no Sub-Comitês LEADER e nos Comité de Peritos de Avaliação organizados pela Rede Europeia.

No âmbito do sub-comité LEADER foram criados três grupos de trabalho temáticos, estando a RRN em participação em dois cujos temas são “Implementing of the bottom-up approach” e “Implementing of the measure cooperation”.

Animação da Rede Rural Nacional

A animação da RRN concretizou-se através da dinamização da participação dos seus membros:

Na definição das prioridades de actuação e dos Planos de Actividades realizada no âmbito das Assembleias Rurais e do Conselho de Coordenação Nacional.

Na dinamização e participação das iniciativas da RRN enunciadas no ponto 2 deste relatório.

Na partilha de informação.

Neste primeiro ano de implementação foram lançadas as bases para uma participação activa dos membros nas actividades da RRN, para o qual contribuiu o trabalho realizado pelos núcleos da ETA nomeadamente na capacidade de transmissão progressiva dos objectivos da RRN e na sensibilização dos agentes de desenvolvimento rural para a participação, que começou a produzir efeitos em 2009, mas que tem uma expressão alargada nas propostas apresentadas para o Plano de Actividades de 2010.

2. ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO

Neste capítulo é abordada a execução do Plano de Acção, na componente relativa ao desenvolvimento das actividades relacionadas com as quatro áreas de intervenção, sendo a matéria relativa ao funcionamento da RRN e da gestão do PRRN relatada nos capítulos 2 e 3.

Em 2009 a par da implementação da estrutura operacional da RRN, foram dinamizadas as iniciativas previstas no Plano de Actividades e que resultaram das propostas apresentadas pelos membros da RRN, que se concentraram no segundo semestre do ano. Identificam-se em seguida, para cada Área de Intervenção do Plano e por cada Acção as iniciativas desenvolvidas:

Área de Intervenção: **Capitalização da Experiência e do Conhecimento**

Acção 1.1.

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de quadro de prioridades segundo áreas temáticas - Identificação das prioridades dos membros da rede no âmbito das áreas de intervenção da Rede Rural Nacional | <p>Elaboração de inquérito a 180 membros da RRN.</p> <p>Tratamento da informação e divulgação na página da RRN na página electrónica da Rede Rural.</p> <p>Análise dos inquéritos para efeito da identificação das áreas prioritárias no Plano de Acção</p> |
|---|---|

Acção 1.2.

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, análise e difusão de boas práticas no âmbito da competitividade empresarial | <p>Reunião de apresentação do projecto Inovar em Meio Rural (INOV), realizada a 13 de Outubro de 2009, às DRAPs, pela Prof^a. Dr.^a Lúvia Madureira da UTAD.</p> <p>Início do desenvolvimento do Estudo.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Identificação, análise e difusão de boas práticas no âmbito da governança | <p>Sessão de debate dinamizada pela Prof. Isabel Ramos do Instituto Superior Técnico, dirigida aos GAL da região do Alentejo e professores da Universidade de Évora que se têm dedicado ao estudo das questões ligadas ao desenvolvimento rural, em 24 de Novembro de 2009.</p> <p>Compilação e organização de informação, realização de pesquisas bibliográficas de informação relevante em termos de conceitos e teorias actuais bem como a sistematização da mesma pela Dr.^a Diana Surová (Figura 4).</p> <p>Realização de um Seminário para debate sobre Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos de Governança, conclusão e difusão do documento final sobre esta temática, a 5 de Março de 2010 em Évora.</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do acesso a acções de partilha de | <p>Workshop de apresentação e discussão de abordagens</p> |

experiências e conhecimento promovidos pela Rede Rural Europeia ou outras Redes Internacionais • Identificação, análise e difusão de novos conhecimentos no âmbito da competitividade empresarial	para cálculo dos indicadores de impacto, obrigatórios na avaliação dos programas de desenvolvimento rural e divulgação de boas práticas, realizado em Viena, Áustria a 28 e 29 de Outubro de 2009 e Roma, Itália, a 28 e 29 de Outubro, com 2 participantes. Encontro Leader dos GAL periurbanos a 3 e 4 de Dezembro de 2009 em Le Mans, com 2 participantes (GALs ADREPES e AD ELO). Realização de sessões de esclarecimento nos dias 23, 24, 26 e 27 de Novembro de 2009, sobre "O Efeito do Sistema de Normalização Contabilística na Agricultura", dirigida a empresários agrícolas e técnicos oficiais de contas, na Póvoa do Varzim, Vila Real, Viseu, Castelo Branco, Vila Franca de Xira, Évora e Beja, com a frequência de 1926 participantes, promovido pela CAP, com a colaboração da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
Acção 1.3 • Promover o acompanhamento da integração de boas práticas transferidas no desempenho dos agentes de desenvolvimento rural no âmbito da competitividade empresarial	Realização de Workshop "Multifuncionalidade à escala da paisagem e da exploração agrícola", no dia 29 de Outubro de 2009, no Centro de Formação Técnico-Profissional Agrária de Évora, Pomarinho, Alentejo, que reuniu 29 participantes de GAL responsáveis pela implementação de estratégias de desenvolvimento rural e empresários agrícolas reunidos numa associação de carácter informal, a CRIE Montado. Participaram ainda nesta iniciativa técnicos e dirigentes do GPP e das DRAPs (Figura 5).
Acção 1.4. • Aquisição de competências de âmbito transversal necessárias ao exercício de função dos GAL enquanto agentes de desenvolvimento rural	Realização de 2 seminários de formação para GAL sob o tema "O Novo Código da Contratação Pública" 1º - 3, 4 de Agosto com follow up a 14 de Outubro de 2009, 2º - 7 e 8 de Agosto de 2009, em Lisboa (Figura 6).

Figura 4 – Documento para debate sobre Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos de Governança



Figura 5 – Programa do workshop

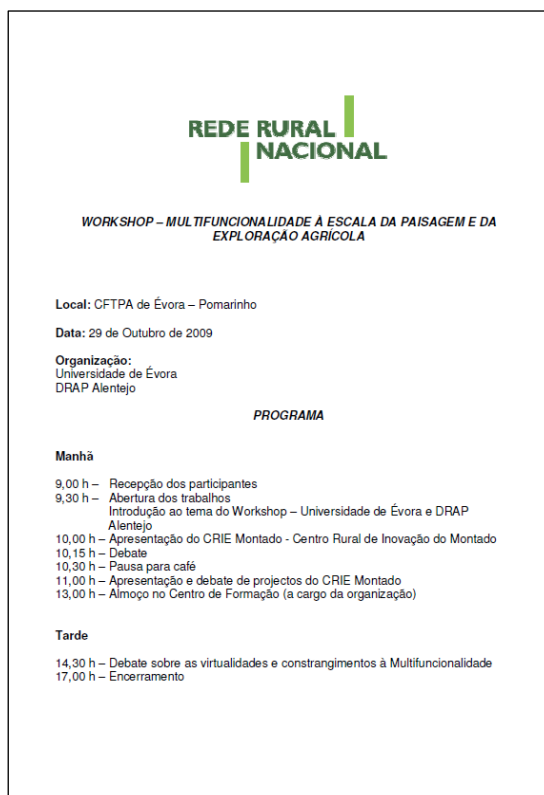
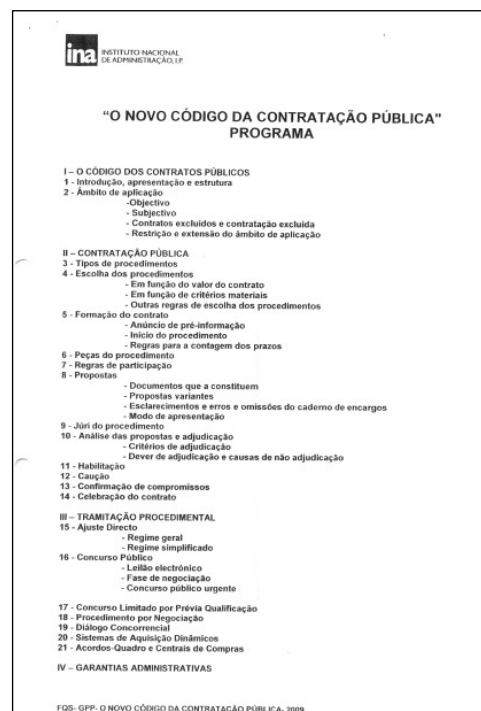


Figura 6 – Formação dos GAL



Área de Intervenção: **Facilitação da Cooperação**

Acção 2.1.

- Identificação, análise e debate sobre os factores que têm obstado à prática da cooperação e estratégias para os superar

Elaboração de projecto para definição das especificações técnicas para o desenvolvimento de um estudo sobre "Cooperação Leader – avaliar o passado para construir o futuro".

Acção 2.2.

- Oficinas de Cooperação

Realização da Oficina de Cooperação do Norte, promovido pela DRAP Norte, com a participação de 28 elementos dos GAL, a 15 de Dezembro de 2009, em Vila Real.

Realização da Oficina de Cooperação do Alentejo a 16 de Dezembro de 2009, em Évora, dirigida aos GAL do Alentejo, contou com 14 participantes. Nesta sessão foi prestada informação sobre o estágio de preparação dos respectivos Planos de Cooperação e apresentados os projectos de cooperação já formulados. Foram lançados reptos ao alargamento das parcerias já estabelecidas (Figura 7).

Acção 2.4.

- Promoção de ideias de cooperação e facilitação de encontros entre interessados.

Difusão através da Federação Minha Terra de intenções de cooperação recebidas através da estrutura da REDR ou de GALs de outros Estados Membros.

Figura 7 – Oficinas de cooperação do Norte



Área de Intervenção: Observação do Mundo Rural e da Implementação das Políticas de Desenvolvimento Rural

Acção 3.1.

- Delineamento e alimentação da matriz de indicadores para apoio à análise e avaliação de políticas sobre os territórios rurais

Iniciativa iniciada em 2010.

Acção 3.2.

- Criação e funcionamento do grupo temático de avaliação
- Identificação de problemas relativos ao acompanhamento e avaliação dos PDR, nomeadamente os referentes à implementação do Quadro Comum de Acompanhamento Avaliação e aos aspectos de avaliação específicos, e promoção da sua resolução

Criação do Grupo Temático de Avaliação (GTA), constituído pelas autoridades de gestão do PRODER, PRODERAM e PRORURAL, avaliadores dos PDR, GPP e RRN. Este grupo realizou 3 reuniões, uma em Abril e duas em Outubro de 2009.

Foi realizado no âmbito do GTA:

- Levantamento das necessidades de apoio sentidas pelos avaliadores e autoridades de gestão dos PDRs nacionais, nomeadamente as relacionadas com clarificação de indicadores e metodologias para o qual se procedeu nomeadamente a resposta a questionário enviado pelo helpdesk da Rede Europeia de Avaliação.
- Debate sobre os documentos "Avaliação de impactos sócio-económicos e ambientais dos PDRs" e "Documento de orientação para aplicação de indicador de impacto Manutenção de áreas de alto valor natural"
- relatórios de apoio produzidos por grupos de trabalho no âmbito da Rede Europeia de Avaliação.
- Informação às AG e avaliadores sobre as matérias tratadas em Comité de Peritos de Avaliação.

Acção 3.3.

- Aprofundamento sobre a temática do desenvolvimento rural

Seminário "Desenvolvimento Rural – Tendências e Oportunidades", organizado pelo GPP em parceria com a DRAPAL, nos dias 3 e 4 de Dezembro, no Auditório do Cine-Teatro em Serpa com a presença de cerca de 180 participantes, ligados ao desenvolvimento rural (Figura 8).

Acção 3.4.

- Resolução das necessidades de informação que se colocam ao acompanhamento do PEN

Produção de relatório com informação relativa ao indicador "Índice das aves comuns das zonas agrícolas", para os anos de 2004-2008, realizado pela Sociedade Portuguesa do Estudo das Aves.

Figura 8 – Seminário “Desenvolvimento Rural – Tendências e Oportunidades”



Área de Intervenção: **Facilitação do Acesso à Informação**

Acção 4.1.

- Selecção e tratamento de conteúdos para divulgação no site da RRN

Seleccção e tratamento de informação para alimentação da página da RRN, no site do GPP.

Acção 4.2.

- Desenvolvimento de canais de comunicação para veicular informação da Rede Rural
- Aquisição de espaço em canais de comunicação existentes para veicular informação da Rede Rural

Desenvolvimento da página electrónica da Rede Rural Nacional.

Aquisição de uma página de publicidade na Revista do Agricultor, da CAP, na edição de Dezembro 2009/Janeiro de 2010, para divulgação de informação da RRN.

Acção 4.3.

- Tratamento e divulgação de conteúdos das actividades promovidas no âmbito das outras Áreas de intervenção da Rede Rural

Produção de três pequenos filmes sobre cada uma das temáticas do seminário realizado em Serpa nos dias 3 e 4 de Dezembro, a saber:

- A diversificação da economia nos territórios rurais;
- Um olhar urbano sobre o rural;
- O papel da agricultura e do agricultor no desenvolvimento dos territórios rurais.

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

As iniciativas desenvolvidas no ano de 2009, no âmbito do plano de actividades da RRN, decorreram essencialmente no último trimestre, *timing* coincidente com as alterações em matéria de governação e dos mecanismos de operacionalização do PRRN.

Não foi assim possível ainda durante o ano de 2009 dispor de execução financeira no âmbito do PRRN, não obstante ter ocorrido a execução material de um conjunto de iniciativas da RRN identificadas no ponto 1 deste relatório. A regularização desta situação ocorrerá durante o ano de 2010.

Tipo de despesa com a Rede Rural Nacional	Pagamentos 2009 (€)	Pagamentos Acumulados desde 2007 até 2009 (€)
a) Funcionamento da RRN e Gestão do PRRN	0,00	0,00
b) Execução do Plano de Acção da RRN	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

4. MEDIDAS ADOPTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

4.1. Medidas de Acompanhamento e Avaliação

No âmbito da implementação do Programa da Rede Rural Nacional (PRRN), o trabalho desenvolvido teve expressão mais relevante nas seguintes áreas:

Definição de procedimentos, em articulação com IFAP, para estabelecimento dos mecanismos de suporte à contratação e pagamento da despesa.

Elaboração do relatório de execução do PRRN relativo ao ano 2008.

Elaboração do orçamento nacional e das previsões de pedidos de pagamento relativas ao PRRN.

Suporte à auditoria do Tribunal de Contas, que ocorreu no mês de Novembro.

Preparação e gestão da logística da reunião do Comité de Acompanhamento que teve lugar a 30 de Abril, em Tomar.

Dado ser este o primeiro ano do PRRN, o foco esteve na preparação dos procedimentos necessários para a sua execução, não tendo sido dado início ao processo relativo à avaliação contínua do programa, que deverá ocorrer em 2010.

4.2. Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do programa e eventuais medidas tomadas

O ano de 2009 centrou-se fundamentalmente na criação de todos os mecanismos necessários à implementação e funcionamento da Rede Rural Nacional (enquadramento legal, constituição dos seus órgãos, competências e modo de funcionamento) e à dinamização do surgimento e da implementação das iniciativas que constituíram o Plano de Actividades de 2009.

No fim de 2009, com a tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, foi decidido alterar os órgãos de gestão do PRRN e de coordenação da RRN, bem como iniciar um conjunto de procedimentos com vista à clarificação das funções e procedimentos de gestão do PRRN/dinamização da RRN e ao reforço da execução, que tiveram continuidade durante o primeiro semestre de 2010.

Foram assim iniciados os seguintes processos:

- revisão pontual do PRRN no que se refere à implementação e funcionamento da RRN, à identificação dos beneficiários do PRRN, cujo acesso foi alargado aos membros da RRN e à gestão do PRRN;
- revisão pontual do Plano de Acção no referente aos aspectos institucionais e organizativos da sua operacionalização;
- revisão da legislação nacional referente aos instrumentos de programação do desenvolvimento rural (Decreto lei nº66/2009, de 20 de Março, que altera os decretos lei nº 2/2008, de 6 de Janeiro e 37-A/2008, de 5 de Março).

4.3. Reunião do Comité de Acompanhamento – criação e resultados

O DL n.º 2/2008, de 4 de Janeiro, nos termos do artigo 20º, com a redacção que lhe foi dada pelo D.L. n.º 66/2009 de 20 de Março criou e estabeleceu a composição do Comité de Acompanhamento, de acordo com o que consta do PRRN aprovado pela Comissão Europeia, tendo o Despacho do MADRP n.º 9181-A/2009, de 1 de Abril, designado as entidades com representação no Comité.

Durante o ano de 2009 foi realizada uma reunião, que teve lugar em Tomar no dia 30 de Abril (Figuras 9 e 10). No âmbito deste fórum, e de acordo com as suas competências, foram apresentadas informações e discutidas matérias que relevavam para o início da implementação do programa. Os pontos principais da ordem de trabalhos incidiram sobre a apresentação da RRN, do PRRN e debate do projecto de Plano de Acção, do Regulamento Interno e dos Critérios de selecção das operações alvo de apoio.

Este debate permitiu, nomeadamente, clarificar o C.A. sobre o papel da RRN, como rede aberta de conhecimento; clarificar a função dos vários órgãos da RRN (Estrutura Técnica de Animação, Conselho de Coordenação e Assembleias Rurais) e o seu papel como órgãos executivos ou consultivos; aprovar o Regulamento Interno do C.A., com alterações propostas e melhorar o projecto de Plano de Acção que viria a ser aprovado pelo Gestor do PRRN.

Figura 9 – Comité de Acompanhamento em Tomar



Com o objectivo de reforçar o papel da RRN na facilitação da articulação entre agentes e políticas com papel no desenvolvimento de um território rural, foi realizada uma visita ao Observatório Astronómico de Constança, parcialmente apoiado pelo FEOGA no âmbito da iniciativa PIC LEADER, e que permitiu desenvolver tecnologia específica para o fabrico de equipamentos em empresas locais e fixar em zona rural um conjunto de competências especializadas.

Figura 10 – Comité de Acompanhamento
Visita ao Observatório Astronómico de Constança projecto apoiado pelo
PIC LEADER



4.4. Medidas tomadas para garantir que o Programa é objecto de publicidade

As acções de promoção do Programa visam acima de tudo informar os potenciais beneficiários e o público em geral sobre as oportunidades em termos de financiamento proporcionadas pelo PRRN, que suportam as actividades desenvolvidas pelos membros da RRN.

No ano de arranque do PRRN e da RRN, a primazia foi dada à criação de uma página electrónica da Rede Rural Nacional, no site do GPP, que permitisse fornecer informações

sobre a RRN, os seus objectivos e áreas de intervenção que enquadram as iniciativas a apoiar pelo PRRN, e informasse os agentes de desenvolvimento rural sobre os procedimentos de adesão à RRN. À medida que a RRN se foi consolidando foi possível dar a conhecer os membros da RRN assim como as suas expectativas de actuação em rede. A evolução dos conteúdos da página foi acompanhando as actividades mais relevantes desenvolvidas. Através dos links disponíveis nesta página, nomeadamente do link à Rede Europeia de Desenvolvimento Rural, facilitou-se também a publicidade e acompanhamento das actividades desenvolvidas a nível europeu.

A página electrónica é um elemento fundamental pelo espectro de alcance, de publicitação das actividades da RRN e da participação dos agentes, sendo vista como um instrumento dinâmico, cujas funções serão incrementadas sucessivamente (Figura 11).

No sentido de alcançar um publico alvo mais específico, foi ainda veiculada informação publicitária sobre a RRN e o PRRN através da Revista do Agricultor, editada pela CAP, em Dezembro de 2009 (Figura 12).

Estas acções publicitárias foram complementadas pelas acções de divulgação das iniciativas desenvolvidas pela RRN, quer através de meios de comunicação, quer de divulgação individual, por correio electrónico, junto de cada um dos membros da RRN, meio considerado fundamental para manter a dinâmica do funcionamento em rede.

Figura 11 – Página electrónica





Apresentação

O que é?

- O que é a Rede Rural Nacional (RRN)
- Membros da RRN:
 - Identificação
 - Caracterização
 - Para ser Membro (descarregar ficha para preenchimento e envio)

As actividades da RRN

- Plano de Actividades 2009
- Plano de Acção
- Workshop "Multifuncionalidade à escala da paisagem e da exploração agrícola" Évora, 29 de Outubro de 2009
- Seminário "Desenvolvimento Rural - Tendências e Oportunidades" Serpa, 3 e 4 de Dezembro de 2009
- Debate sobre "Estratégias Locais de Desenvolvimento e Modelos de Governança"
 - Programa do Seminário Évora, 5 de Março de 2010
 - Apresentação do Documento Estratégico produzido na Região Alentejo (resumo)
 - Pathways for sustainable development of European rural regions: ecoeconomical strategies and new rural-urban relations

Programa de apoio

- Programa
- 1ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa da RRN

Links relacionados

- Rede Rural Europeia
- Rede Rural Alemanha
- Rede Rural Espanha
- Rede Rural Itália
- ELARD - European LEADER Association for Rural Development

Legislação

Nacional

- Despacho n.º 2845/2010, 12 de Fevereiro - Nomeação da coordenadora nacional da RRN
- Despacho n.º 11474/2009, 12 de Maio - Nomeação do coordenador da RRN
- Despacho n.º 9181-A/2009, 1 de Abril - Designação das entidades representadas no Comité de Acompanhamento do PRRN
- Decreto-Lei n.º 66/2009, 20 de Março - Criação da RRN
- Decreto-Lei n.º 2/2008, 4 de Janeiro - Modelo de governação dos PDR

Comunitária

- Decisão da Comissão de 3.12.2008, que aprova o programa específico de Portugal para a criação e o funcionamento da Rede Rural Nacional para o período de programação 2007-2013
- Decisão 2008/168/CE da Comissão, 20 de Fevereiro, que institui a estrutura de desenvolvimento rural organizativa da rede europeia de desenvolvimento rural
- Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho, de 20 de Setembro, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Contactos

E-mail: rederuralnacional@gpp.pt

Lista de Contactos

Actualizado em 24 Fev 2010



UNião Europeia
Fundo Europeu Agrícola
de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe no seu futuro rural



Ministério da
Agricultura,
Pecuária e
Floresta

Figura 12 – Revista do Agricultor

PUBLICIDADE

Rede Rural Nacional

O que é a Rede Rural Nacional (RRN)?

A Rede Rural Nacional é uma organização entre agentes com papel activo no desenvolvimento rural, que querem partilhar experiências e conhecimentos, melhorar o desempenho e obter melhores resultados. À Rede Rural Nacional podem aderir agentes do desenvolvimento rural localizados em qualquer zona do país.

Actualmente são membros da Rede Rural Nacional 184 instituições, das quais 27% são Associações, 27% são Grupos de Acção Local, 16% pertencem aos Serviços do Estado e 11% são Cooperativas.

Como está Organizada?

A coordenação da Rede Rural Nacional cabe ao Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP). Para assegurar o funcionamento da Rede Rural Nacional existe uma estrutura de animação (Estrutura Técnica de Animação) com um núcleo de coordenação situado no GPP e núcleos regionais nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e nas Secretarias Regionais nas Regiões Autónomas. Existem duas estruturas consultivas na RRN, o Conselho de Coordenação e as Assembleias Rurais.

Quais os Objectivos?

Dinamizar o desenvolvimento rural através de iniciativas que se insiram nas seguintes áreas de intervenção:

- Capitalização da experiência e do conhecimento – Destina-se a partilhar e divulgar boas práticas, saber, experiências que tragam valor à actividade desempenhada pelos agentes no desenvolvimento rural;
- Facilitação da cooperação - Para incentivar a criação de parcerias e o surgimento de projectos de cooperação interterritorial e transnacional, promovidos por Grupos de Acção Local;

- Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural – Para acompanhar e analisar as dinâmicas do mundo rural e avaliar o efeito das políticas no seu desenvolvimento;
- Facilitação do acesso à informação - Usar a Rede como canal de participação e transmissão de informação, conhecimento e testemunho sobre assuntos que interessam aos agentes de desenvolvimento rural.

As actividades da RRN, são inscritas num plano de actividades anual, podendo ser promovidas pela coordenação da RRN ou pelos seus membros, quando sejam entidades publicas ou privadas sem fins lucrativos.

A Rede Rural é apoiada, através do Programa da Rede Rural Nacional financiado pelo FEADER,

Notícias da Rede Rural Nacional

A Rede Rural Nacional promoveu nos dias 3 e 4 de Dezembro, em Serpa, o Seminário "Desenvolvimento Rural – Tendências e Oportunidades". Este seminário, onde um leque alargado de participantes se juntou para reflexão e debate de questões que se colocam à sobrevivência e desenvolvimento dos territórios rurais, constituiu um momento de partida que terá continuidade em futuras actividades da RRN.

As comunicações estão disponíveis em:
<http://www.gpp.pt/RRN/Seminario.html>



**Ministério
da Agricultura,
Desenvolvimento
Rural e Pescas**